

A abordagem da deficiência no design de moda: revisão integrativa em artigos de periódicos brasileiros

The approach of disability in fashion design: an integrative review of papers from Brazilian journals

Iana Uliana Perez¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9219-0363>

Suzana Barreto Martins²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4574-2441>

[[resumo](#)] A inclusão social integra os preceitos do design contemporâneo, sendo pautada pelas abordagens do design inclusivo e do design universal. Em razão disso, as pesquisas em design de moda têm considerado a inclusão de pessoas com deficiência. Contudo, a pesquisa científica em geral tem sido marcada por perspectivas que contribuem para a discriminação de pessoas com deficiência. Por isso, coloca-se a seguinte questão: como as pesquisas brasileiras em design de moda têm abordado a deficiência? Para respondê-la, este artigo apresenta revisão bibliográfica integrativa com objetivo de verificar como os artigos publicados em periódicos brasileiros de moda e design têm abordado a deficiência na área do design de moda. Após buscas em 14 periódicos, foram identificados 25 artigos, os quais foram analisados tendo como principal referência a área de estudos sobre deficiência. Como resultado, foram identificadas suas principais ênfases e lacunas, considerando: tipo de deficiência; público; método; participação de pessoas com deficiência; termos sobre deficiência utilizados; abordagem da deficiência; abordagem de moda e design; dimensões da acessibilidade. Frente aos resultados, considera-se a necessidade de maior aproximação entre as áreas de design de moda e estudos sobre deficiência para aprimorar teorias e práticas relacionadas ao design inclusivo, para efetivamente promover a acessibilidade e inclusão social de pessoas com deficiência no âmbito da moda.

[[palavras-chave](#)] **Acessibilidade. Design inclusivo. Design Universal. Estudos sobre deficiência. Inclusão social.**

¹ Doutora em Design pela Universidade Estadual Paulista. Professora de Design de Moda no Centro Universitário Sagrado Coração. Pessoa com deficiência visual (baixa visão). E-mail: iana.ulie@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7032553306249218>

² Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora aposentada de Design de Moda na Universidade Estadual de Londrina. Email: suzanabarretomartins@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0071417904869981>

[abstract] Social inclusion integrates the contemporary design precepts, guided by the inclusive design and universal design approaches. Because of this, research in fashion design has considered people with disability inclusion. However, general scientific research has been marked by perspectives that contribute to the discrimination of people with disabilities. Therefore, the following question arises: how the Brazilian research in fashion design has addressed disability? To answer this question, this article presents an integrative bibliographic review to verify how articles published in Brazilian journals about fashion and design have addressed disability in the fashion design area. After searches in 14 journals, 25 papers were identified, which were analyzed using the disability studies area as a central reference. As a result, the papers' emphases and gaps were identified, considering disability type, public, method, participation of people with disability, disability terms, disability approach, approach to fashion and design, and accessibility dimensions. Given the results, we consider the need for greater rapprochement between the areas of fashion design and disability studies to improve theories and practices related to inclusive design to effectively promote accessibility and social inclusion of people with disabilities in the fashion context.

[keywords] **Accessibility. Inclusive Design. Universal Design. Disability studies. Social Inclusion.**

Recebido em: 02-05-2024.

Aprovado em: 22-07-2024.

Introdução

A inclusão social é uma pauta recorrente na contemporaneidade, fruto de anos de luta de diversos grupos sociais histórica e sistematicamente marginalizados por marcadores sociais como raça, gênero e sexualidade. A deficiência é um marcador à parte, pois costuma predominar em relação aos outros, invisibilizando-os e reforçando os mecanismos de exclusão social (Ignarra; Saga, 2022; Lorandi; Gesser, 2023). Por isso, é importante abordar a deficiência quando se trata de inclusão social. Nesse sentido, estudos nas áreas de moda e design têm se dedicado ao tema da inclusão de pessoas com deficiência nos últimos anos. Afinal, a compreensão do ser humano em sua complexidade é uma das características do design contemporâneo, que se preocupa com a plena participação e inclusão da diversidade humana nos seus diferentes âmbitos de atuação (Guimarães; Moura; Domiciano, 2022).

Contudo, a produção científica em diversas áreas do conhecimento adotou por décadas abordagens que contribuem para a opressão de pessoas com deficiência, denominada capacitismo (Martins *et al.*, 2012). Isso porque o meio acadêmico espelha e reforça o capacitismo existente na sociedade (Lorandi; Gesser, 2023). Considerando esse cenário, coloca-se a seguinte questão: como as pesquisas brasileiras em design de moda têm abordado a deficiência? Para responder tal pergunta, este artigo apresenta revisão bibliográfica integrativa com intuito de verificar como os artigos publicados em periódicos brasileiros de moda e design têm abordado a deficiência na área do design de moda.

A academia, segundo Martins *et al.* (2012), deve aprender com as pessoas com deficiência e seus movimentos sociais. Por isso, foi conduzida, primeiramente, revisão assistemática de publicações de pessoas com deficiência e dos estudos sobre deficiência, recente área de pesquisa que interrelaciona ciências humanas, sociais e da saúde (Bampi; Guilhem; Alves, 2010; Bisol; Pegorini; Valentin, 2017). A revisão assistemática permitiu identificar parâmetros para análise crítica dos artigos identificados na revisão integrativa. Essa análise teve como objetivos específicos identificar ênfases e lacunas de pesquisa, compreender quais tipos e modelos de deficiência têm sido enfocados e verificar como o design de moda têm atuado para promover acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência.

Estudos sobre deficiência, inclusão e design

Modelos da deficiência

A identificação do que é considerado deficiência pode mudar de acordo com o contexto, coexistindo atualmente diferentes entendimentos sobre a deficiência (Mota; Bousquat, 2021). Por séculos, a deficiência foi abordada pelo viés da exclusão ou do assistencialismo, alternando entre diferentes compreensões da deficiência que ainda exercem influência na contemporaneidade (Sierra; Okimoto; Beccari, 2019). No último século, segundo Mota e Bousquat (2021), modelos conceituais foram criados para abordar a deficiência a partir de diferentes vieses. Aqui, destacam-se três modelos: 1) médico, 2) social e 3) biopsicossocial.

No modelo médico, a deficiência é considerada um “problema” individual comumente associado a um trauma ou condição de saúde (Bampi; Guilhem; Alves, 2010; Mota; Bousquat, 2021). Baseado na racionalidade médica, esse modelo foca em questões fisiológicas e visa tratar a deficiência para curá-la ou amenizá-la, adequando a pessoa aos padrões socialmente estabelecidos (Mota; Bousquat, 2021; Bisol; Pegorini; Valentini, 2017). O modelo médico dominou as definições e abordagens sobre deficiência até os anos 1990 e ainda hoje é hegemônico (Bampi; Guilhem; Alves, 2010; Bisol; Pegorini; Valentini, 2017), mas agora disputa espaço com outros modelos de deficiência.

Em contraposição ao modelo médico, emergiu na Inglaterra, nos anos 1970, a área multidisciplinar de estudos sobre deficiência. Com viés crítico e político associado à luta das pessoas com deficiência, essa área se expandiu internacionalmente a partir dos anos 2000, difundindo o modelo social da deficiência (Bisol; Pegorini; Valentini, 2017; Carniel; Dias; Lacruz, 2023). Desde a perspectiva das ciências sociais, o modelo social entende que a incapacidade da pessoa com deficiência é, na realidade, um problema criado pela sociedade, que dificulta sua plena integração. Assim, a deficiência deixa de ser associada a uma condição de saúde e quem requer intervenção é a estrutura social, não a pessoa com deficiência (Bisol; Pegorini; Valentini, 2017; Mota; Bousquat, 2021). Embora haja reconhecimento da importância dos avanços biomédicos para a melhoria de seu bem-estar, conforme atestam segundo Bampi, Guilhem e Alves (2010).

Com a expansão dos estudos sobre deficiência para outros contextos geopolíticos, como o Sul Global, suas fragilidades passaram a ser pontuadas Carniel. Dias; Lacruz, 2023). Por se tratar de um modelo desenvolvido majoritariamente por homens brancos com deficiência física oriundos do Norte Global, o modelo social não considera o impacto de outras

deficiências e outros marcadores sociais sobre a integração na sociedade de pessoas com deficiência (Bisol; Pegorini; Valentini, 2017). Assim, o modelo social tem sido revisado, de maneira a reconsiderar o papel que a deficiência tem na vida das pessoas em diferentes contextos, aproximando-se, segundo Mota e Bousquat (2021), dos estudos feministas e das teorias de gênero e antirracistas

Em 2001, na mesma época de expansão dos estudos sobre deficiência, de acordo com Carniel, Dias e Lacruz (2023), a Organização Mundial da Saúde reavaliou seus critérios de identificação de deficiência, como será explicado adiante, criando um novo modelo da deficiência, o biopsicossocial. Esse modelo reconhece a diversidade humana e o papel da sociedade na conceituação e experiência da deficiência, mas sem minimizar a importância das condições biológicas e psicológicas individuais. De acordo com o modelo biopsicossocial, embora a deficiência seja uma característica pessoal, a incapacidade é fruto da interação entre funções e estruturas corporais, fatores pessoais, condições de atuação e participação e fatores contextuais que representam os ambientes físicos, sociais e atitudinais (Ibidem; Mota; Bousquat, 2021).

Capacitismo e terminologia sobre deficiência

Discutir terminologias pode parecer supérfluo diante das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência, mas o uso correto de termos é importante quando tratamos de temas marcados por preconceitos e estigmas, pois a linguagem expressa concepções e influencia a compreensão sobre um fenômeno. (Mota; Bousquat, 2021). Por isso, a denominação dada a pessoas com deficiência por muitos anos refletiu e perpetuou sua exclusão social. Assim, a defesa da terminologia correta sobre deficiência reflete novos valores e conceitos sobre a pessoa com deficiência (Sasaki, 2011), apresentando estreita relação com a luta contra o capacitismo, definido pela legislação brasileira (Brasil 2023) como a discriminação e preconceito praticados contra pessoas com deficiência. O termo refere-se à visão preconceituosa de que a deficiência incapacita as pessoas (Marchesan; Carpenedo, 2021; Ignarra, Saga, 2022).

O capacitismo é estrutural, estando institucionalizado em diferentes âmbitos da sociedade contemporânea (Lorandi; Gesser, 2023), incluindo a linguagem. Capacitismo linguístico é a utilização de termos e expressões com conotação negativa em relação a pessoas com deficiência (Ignarra. Saga, 2022). Para combater o uso de eufemismos ou de termos pejorativos, a Convenção das Nações Unidas - ONU sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, realizada em 2006, definiu a recomendação de uso do termo “pessoas com deficiência - PcD³”, a qual foi acatada pela legislação brasileira como norma (Brasil, 2009). Assim, termos antes comumente utilizados – “deficiente”, “pessoa portadora de deficiência” ou “pessoa com necessidades especiais” – passaram a ser considerados inadequados, por não traduzirem a realidade da pessoa com deficiência ou promoverem

³ A sigla PcD deve ser utilizada tanto no singular quanto no plural, remetendo, igualmente, a pessoa ou pessoas com deficiência (Sasaki, 2011).

estigmas sociais (Sasaki, 2011; Moragas, 2022). Por exemplo, uma pessoa não “porta” a deficiência, visto que a deficiência é uma característica intrínseca e indissociável da pessoa. “Necessidade especial” também não define bem a deficiência, uma vez que todas as pessoas, em alguma medida, podem apresentar necessidades específicas. Já o termo “deficiente” é considerado inapropriado por estigmatizar a pessoa, reduzindo-a à sua deficiência. Assim, o termo “pessoa com deficiência” visa destacar a pessoa, e não sua deficiência, que é apenas uma característica dentre tantas outras que definem a sua individualidade.

O capacitismo linguístico está disseminado na sociedade. Assim, mesmo que o termo “pessoa com deficiência” tenha sido definido no começo dos anos 2000, ainda hoje alguns profissionais que atendem pessoas com deficiência utilizam termos inadequados para se referir à deficiência (Mota; Bousquat, 2021). Ademais, mesmo quando se utiliza o termo correto – pessoa com deficiência -, é comum privilegiar o uso da sigla PcD. No entanto, segundo Sasaki (2011), deve-se evitar o emprego recorrente de siglas para se referir a seres humanos, utilizando-as apenas quando estritamente necessário. O uso indiscriminado da sigla PcD tende a reduzir pessoas a um rótulo e esvaziar significados, transformando PcD em adjetivo e reforçando estigmas, em vez de combatê-los, conforme argumenta o jornalista com deficiência Venturra (2022, 2023).

Caracterização das pessoas com deficiência no Brasil

Para caracterizar as pessoas com deficiência no Brasil, é importante, primeiro, compreender o que é considerado deficiência. Com base na Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência da ONU, o governo brasileiro (Brasil, 2015, art. 2) entende pessoa com deficiência como:

[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Atualmente, o Ministério do Trabalho (Brasil, 2018) considera a classificação de cinco tipos de deficiência: física, auditiva, visual, intelectual e mental (Quadro 1). Contudo, segundo Sasaki (2011), o termo “deficiência mental” passou a ser “deficiência intelectual” após a Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual, aprovada em 2004 pela Organização Mundial da Saúde – OMS. Ademais, o que o Ministério do Trabalho classifica como “deficiência mental” aparentemente seria, na verdade, deficiência psicossocial, categoria que, segundo Sasaki (2011), foi estabelecida na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU em 2006. Existem, portanto, inconsistências na classificação da deficiência empregada em órgãos públicos, as quais se manifestam em diferentes âmbitos.

QUADRO 1 – DESCRIÇÃO DOS TIPOS DE DEFICIÊNCIA

Deficiência	Descrição
Física	Alteração de um ou mais segmentos do corpo que comprometa a função física. Exemplos: alteração da força ou das articulações; ostomia; nanismo, paralisia cerebral. ausência ou deformidade de membros.
Auditiva	Perda bilateral da audição de 41 decibéis ou mais.
Visual	Cegueira, baixa visão e visão monocular.
Intelectual	Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais habilidades adaptativas Exemplo: Síndrome de Down.
Psicossocial	Síndromes e transtornos sem cura conhecida que acarretam disfunção social ou ocupacional por um longo período de tempo, afetando uma ou mais áreas importantes da vida. Exemplo: Transtorno do Espectro Autista.

FONTE: Baseado em Sasaki (2011) e Brasil (2018)

Os estudos sobre deficiência indicam a dificuldade de definir o que pode ser considerado deficiência sem reforçar o modelo médico e incorrer em capacitismo (Bampi; Guilhem; Alves, 2010; Mota; Bousquat, 2021). A Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde – CIF, proposta pela Organização Mundial de Saúde em 2001, é apontada por alguns autores (*e.g.*, Bampi; Guilhem; Alves, 2010; Mota; Bousquat, 2021) como importante avanço para desassociar deficiência de incapacidade, pois adota o modelo biopsicossocial. Assim, a CIF reconhece que funcionalidade e incapacidades se relacionam não apenas com as condições de saúde da pessoa, mas também com seus recursos e o ambiente em que vive (Brasil, 2019b). Contudo, a utilização inadequada da CIF pode promover mais confusão sobre o que é ou não deficiência.

Segundo Mota e Bousquat (2021), a descrição da deficiência é objetiva, enquanto as informações sobre incapacidade são subjetivas e complexas. Isso, somado ao fato de não haver um padrão estabelecido dos conceitos e modelos de análise sobre deficiência, faz com que as pesquisas e censos brasileiros não possam ser comparados entre si ou com estimativas internacionais (Ibidem). No Censo Demográfico de 2010, por exemplo, as perguntas referiam-se a dificuldades em realizar atividades. Como resultado, estimou-se haver 23,9% de pessoas com deficiência no país, quando, na verdade, seriam pessoas com algum tipo de incapacidade. Em 2018, o IBGE atualizou os dados com a alegação de se adequar a boas práticas internacionais (Brasil, 2019a), classificando como pessoas com deficiência apenas aquelas que apresentavam muita dificuldade ou não conseguiam realizar alguma atividade, restringindo os dados a casos mais severos de incapacidade (Mota; Bousquat, 2021; Ignarra; Saga, 2022).

Agora, considera-se oficialmente que a população brasileira com deficiência em 2010 era de 12,7 milhões de pessoas, representando apenas 6,7% da população (Brasil, 2019a). Já em 2022, estima-se que as pessoas com deficiência representavam 8,9% da população brasileira, somando 18,6 milhões de indivíduos segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2023)⁴. Em aproximadamente uma década, portanto, houve

⁴ A estimativa considera apenas pessoas com dois anos ou mais de idade.

aumento de pessoas com deficiência tanto em números absolutos quanto em representatividade populacional. Contudo, Mota e Bousquat (2021) alertam que os dados nacionais sobre a população de pessoas com deficiência não são confiáveis devido à metodologia utilizada. O número de pessoas com deficiência no Brasil, portanto pode ser maior, como sugerem Ignarra e Mota (2022).

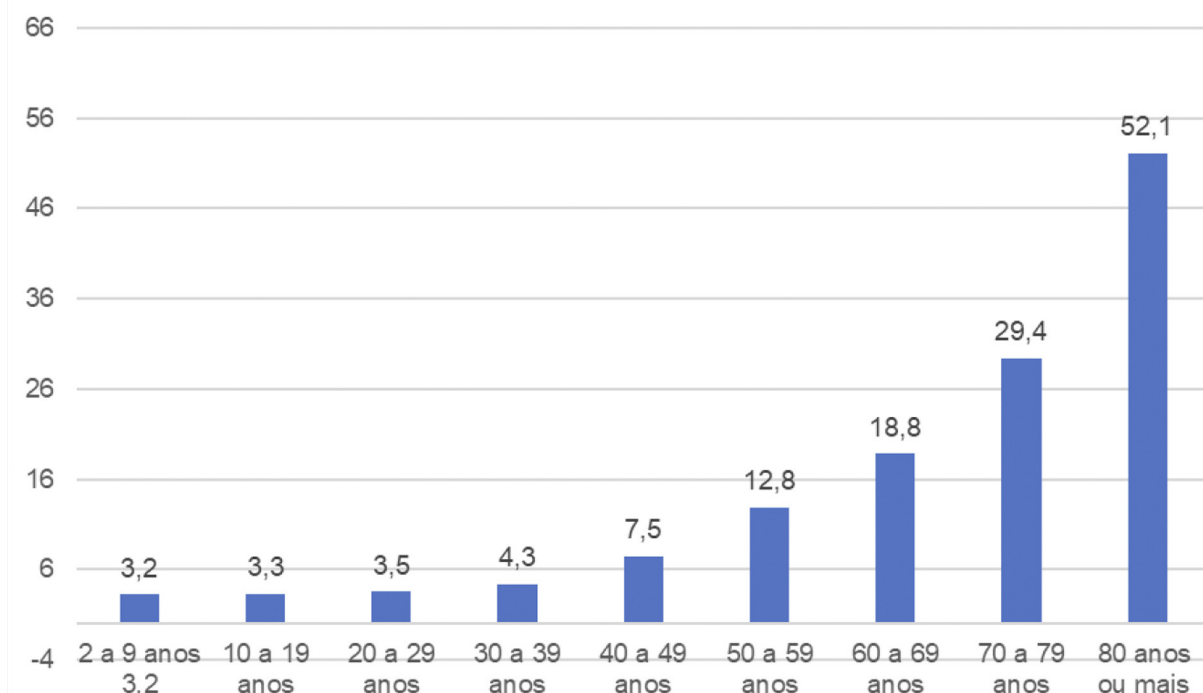
Em tese, os dados demográficos disponíveis permitiram analisar quais tipos de deficiência estão mais presentes na população brasileira. No entanto, houve mudanças na classificação dos dados em relação aos do Censo de 2010: Antes, a deficiência era categorizada como física, visual, auditiva e intelectual (Brasil, 2019a). Já no relatório mais recente, baseado nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, o IBGE (2023) considera as “dificuldades funcionais” relatadas, o que dificulta, por exemplo, a distinção entre deficiência intelectual e psicossocial ou a estimativa precisa de pessoas com deficiência física, uma vez que algumas das dificuldades podem se sobrepor. Segundo esses dados (IBGE, 2023), existe atualmente prevalência de deficiência física (3,4%)⁵ e visual (3,1%), seguidas por deficiências intelectual ou psicossocial⁶ e deficiência auditiva (1,2%), sendo que em torno de 38% das pessoas com deficiência apresentam deficiência múltipla, fenômeno mais comum em mulheres (40,6%) do que em homens (35,8%). Em 2010, a deficiência prevalente era a visual (3,6%), seguida de deficiência física (1,3%), auditiva (1,1%) e intelectual (9,8%). Com exceção da deficiência intelectual, a maioria das pessoas – acima de 76% - havia adquirido a deficiência ao longo da vida (Brasil, 2019a).

Os dados do IBGE (2023) sugerem que a incidência de deficiência aumenta significativamente conforme a idade (Figura 1), de modo que idosos com mais de 70 anos representam 81,5% das pessoas com deficiência no Brasil, enquanto crianças de dois a nove anos, apenas 3,2%. Isso sugere que a deficiência seja, na maioria dos casos, adquirida ao longo da vida, conforme já mostravam os dados do Censo de 2010 (Brasil, 2019a), e que a deficiência pode, muitas vezes, estar associada ao processo de envelhecimento.

⁵ Considerando-se apenas pessoas com dificuldade para andar ou subir escadas, mas outras dificuldades motoras também são listadas no relatório, de modo que o percentual de pessoas com deficiência física provavelmente é maior que 3,4%.

⁶ Dificuldade para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar (2,6%) e dificuldade de se comunicar (1,1%). Dependendo da deficiência, essas dificuldades podem se sobrepor, dificultando uma estimativa precisa do número de pessoas com deficiência intelectual ou psicossocial.

FIGURA 1 – PERCENTUAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL POR FAIXA ETÁRIA



FONTE: Adaptado de IBGE (2023, p. 13)

Os dados do IBGE (2023) indicam haver o entrelaçamento entre deficiência e outros marcadores sociais além da idade, reforçando a interseccionalidade da deficiência, isto é, sua interação com “um ou mais marcadores sociais” (Brasil, 2023, art. 3, parag. IX). Por exemplo, a deficiência é mais marcante entre mulheres e pessoas negras: 10% das mulheres brasileiras têm deficiência, contra 7,7% dos homens; 9,5% das pessoas pretas e 8,9% as pessoas perdidas tem deficiência, contra 8,7% das pessoas brancas. Além disso, as taxas de analfabetismo são mais altas entre as pessoas com deficiência (19,5%) do que entre as sem (4,1%) em todas as faixas etárias, com diferença média de 15,4 pontos percentuais. De modo semelhante, as taxas de frequência escolar e de escolarização são mais baixas entre as pessoas com deficiência. Desse modo, 63,3% das pessoas com deficiência não têm instrução ou possuem o ensino fundamental incompleto, enquanto 25,6% concluíram o ensino médio e 7% possuem ensino superior. As desigualdades também se apresentam no mercado de trabalho: 29,2% das pessoas com deficiência em idade de trabalhar – a partir dos 14 anos – compõem a força de trabalho, sendo essa taxa menor entre mulheres, visto que apenas 25,5% trabalham, contra 35,1% dos homens com deficiência. E o rendimento médio das pessoas com deficiência é quase mil reais inferior ao de pessoas sem deficiência.

Inclusão e acessibilidade nos âmbitos do design e da moda

Desde o final dos anos 1960, tem-se evidenciado a diversidade social por meio da reivindicação de diferentes grupos por seus direitos em uma sociedade estruturalmente normativa e excludente. A luta por inclusão social ganhou mais destaque neste século (Comte; De Carli, 2018), quando os estudos sobre deficiência ganharam mais espaço. Na perspectiva

dessa área, inclusão social demanda reconhecer que a deficiência não está na pessoa, mas na sociedade, então ambos precisam passar por um processo conjunto de ajuste, que demanda planejamento e experimentação (Marchesan; Carpenedo, 2021).

A necessidade de inclusão passou a ser mais discutida no campo do design nos últimos anos. Não que a preocupação social seja uma novidade para o design, mas a retomada humanista do design contemporâneo, rompendo com o racionalismo funcionalista do design moderno, propiciou a compreensão da complexidade e diversidade humana. Desse modo, o design contemporâneo contempla a inclusão social, de modo a garantir a participação social de todas as pessoas, em condições igualitárias, por meio de produtos, serviços, processos, ações, sistemas e ambientes (Guimarães; Moura; Domiciano, 2022).

Promover a inclusão social de pessoas com deficiência, portanto, deve ser uma das responsabilidades dos designers (Sierra; Okimoto; Beccari, 2019), por isso, é importante tratar de design inclusivo. Esse termo surgiu na Inglaterra nos anos 1990 para designar uma abordagem de design que visa a inclusão social a partir do reconhecimento da diversidade humana, projetando produtos e serviços para todas as pessoas sem ignorar suas singularidades. Portanto, o design inclusivo não se destina apenas a grupos estruturalmente excluídos, embora estes possam ser os maiores beneficiados (Guimarães; Moura; Domiciano, 2022). Uma abordagem que costuma ser confundida com a do design inclusivo é a do design universal. Criada nos anos 1980 por um arquiteto com deficiência, Ronald Mace, o design universal visa a acessibilidade plena por meio do desenvolvimento de produtos e ambientes de uso comum, para todos, sem necessidade de adaptações ou de design especializado. Atualmente, contudo, considera-se o design universal utópico, pois não existe a universalidade almejada por essa abordagem, que não considera suficientemente a diversidade humana (Ibidem).

É possível associar essas duas abordagens de design aos modelos da deficiência, como o fizeram Sierra, Okimoto e Beccari (2019), que identificam o design universal como aderente ao modelo social da deficiência. Contudo, por adotarem uma definição de design inclusivo segundo a qual se trata de uma abordagem individualizada, e não para todos, associam-na ao modelo médico. No presente artigo, entende-se o design inclusivo como sendo compatível com o modelo biopsicossocial, que reconhece a diversidade humana e as particularidades de cada indivíduo. Sierra, Okimoto e Beccari (2019) associam ao modelo médico soluções voltadas não para a sociedade e sua transformação, mas especificamente para pessoas com deficiência, como as tecnologias assistivas. Cabe ressaltar que o design universal se distancia das tecnologias assistivas, uma vez que são voltadas exclusivamente para as pessoas com deficiência e geralmente visam adaptá-las a estruturas e padrões sociais (Guimarães; Moura; Domiciano, 2022).

Tanto o design universal quanto o design inclusivo se preocupam com a acessibilidade, a qual pode ser dividida em oito dimensões: arquitetônica, atitudinal, comunicacional, digital, instrumental, metodológica, natural, programática (Ignarra; Saga, 2022). O Quadro 3 evidencia as cinco dimensões que podem ser mais facilmente associadas ao design de moda, excluindo aquelas que dizem respeito à arquitetura, ao meio ambiente natural ou à legislação e às normas. Importante ressaltar que a acessibilidade atitudinal é transversal, pois trata-se de atitudes inclusivas que combatem o capacitismo e lutam por mudanças na estrutura social. A acessibilidade atitudinal, portanto, é imprescindível para

que haja acessibilidade total. Em contrapartida, a existência de barreiras atitudinais sustenta as barreiras nas demais dimensões (Ibidem).

QUADRO 2 - ALGUMAS DAS DIMENSÕES DA ACESSIBILIDADE

Dimensões da acessibilidade	Conceito
Atitudinal	Prática interpessoal que elimina barreiras sociais e favorece a inclusão. Relacionada ao comportamento das pessoas, ao modo de agir em relação aos outros e suas diferenças, sem preconceitos ou discriminações.
Instrumental	Instrumentos, utensílios e ferramentas de fácil uso e acesso.
Comunicacional	Direito e acesso à informação sem barreiras na comunicação entre as pessoas, na expressão e no acesso ao conteúdo.
Digital	Recursos que possibilitam a navegação, a compreensão e a interação de qualquer pessoa no meio digital, sem ajuda de outra pessoa.
Metodológica	Acessibilidade nas técnicas e métodos de ensino e de trabalho para atender todas as pessoas, considerando suas particularidades.

FONTE: Adaptado de Ignarra e Saga (2022, p. 108)

Projetos de viabilização da acessibilidade precisam contar com a participação de pessoas com deficiência para de fato atender às suas necessidades (Ignarra; Saga, 2022). Projetos inclusivos, por conseguinte, devem substituir a lógica de “fazer PARA” pela de “fazer COM” as pessoas com deficiência. Assim, a inclusão precisa ser projetada e construída com a participação ativa das pessoas com deficiência (Ibidem). Ao tratar de design inclusivo, Guimarães, Moura e Domiciano (2022, posição 346) corroboram essa perspectiva, ressaltando que “relações inclusivas demandam integração entre conhecimento e informação, compreensão e empatia, correspondência e envolvimento, abrangência e participação horizontal e democrática, partilha do comum e pertencimento.”

Acessibilidade e design inclusivo são conceitos ou abordagens que, uma vez observados e corretamente aplicados, podem minimizar ou eliminar os efeitos das barreiras existentes no âmbito da moda. O design inclusivo aplicado à moda precisa ser considerado desde a concepção do projeto ou serviço, tendo a ergonomia como norteadora a partir da aplicação de requisitos de usabilidade e vestibilidade, de conforto e de segurança (Martins; Martins, 2018). A moda, contudo, não se restringe à funcionalidade do vestuário, englobado todo um universo simbólico, repleto de significados sobre identidade pessoal e pertencimento a grupos sociais. Pertencimento esse que precisa ser garantido às pessoas com deficiência, muitas vezes excluídas do âmbito da moda ou segregadas por precisarem recorrer a produtos e serviços exclusivos. Assim, é importante que o design inclusivo se estenda ao contexto da fabricação em massa, em uma estratégia de inclusão a partir da ampliação de mercado, aumento do volume de produção e redução de preços (Ibidem).

Método

Com o intuito de identificar como a deficiência tem sido abordada na pesquisa brasileira em design de moda, foi conduzida pesquisa exploratória de natureza básica e abordagem quanti-qualitativa, tendo como delineamento a revisão bibliográfica. A pesquisa foi composta por duas fases: 1) revisão assistemática da literatura sobre deficiência, com intuito de identificar parâmetros para análise, e 2) revisão integrativa de artigos que relacionem as temáticas moda e deficiência. A revisão assistemática, apresentada anteriormente, foi composta por relatórios de pesquisa e documentos de órgãos públicos estatais, por artigos científicos da área de estudos sobre deficiência e publicações de pessoas com deficiência. Essa primeira etapa teve o intuito de identificar conceitos, definições e terminologias, diferenças entre as abordagens da deficiência e dados sobre a população de pessoas com deficiência no Brasil. Nessa etapa da pesquisa, também foram consultadas publicações científicas sobre inclusão social, moda e design, com objetivo de compreender como o design de moda pode promover a inclusão de pessoas com deficiência.

Na sequência, foi realizada revisão bibliográfica integrativa, que consiste na busca por trabalhos científicos sobre um mesmo tema (Biblioteca Professor Paulo de Carvalho Mattos, 2015). A revisão integrativa proporciona compreensão ampla do tema de interesse, tendo como resultado uma síntese das publicações analisadas (Ibidem; Grupo Ânima Educação, 2014). O planejamento da revisão integrativa, apresentado no quadro a seguir, teve como base Tranfield, Denyer e Smart (2003). Dresch, Lacerda e Antunes Júnior (2015) e Conforto, Amaral e Silva (2011).

QUADRO 3 - PLANEJAMENTO DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA INTEGRATIVA

Tema	Design de moda e deficiência
Estratégia de realização das buscas	Buscas nas bases de dados de periódicos nacionais de design com Qualis A3 ou superior e nas bases de dados de periódicos nacionais de moda.
Periódicos de design	Estudos em Design, Design e Tecnologia, Projetica, Infodesign, Strategic Design Research Journal, Mix Sustentável, Educação Gráfica, Human Factors Design, DAPesquisa, DAT Journal
Periódicos de moda	Modapalavra; dObra[s]; Revista de Ensino em Artes, Moda e Design; Iara
String de busca	1 deficiência
	2 "design inclusivo" OR "design universal"
	3 autis* OR parkinson OR ostomi* OR nanismo OR down
	4 sequela* OR lesão OR "paralisia cerebral" OR hemeplegia OR hemiparesia OR disfunção OR doença
	5 idos*
Critérios de inclusão	Artigos completos
	Publicações realizadas a partir de 2014
	Temática principal relacionada à moda e algum tipo de deficiência ou condição que possa estar associada a deficiência, como idade avançada.
Critérios de exclusão	Temática principal que apenas tangencia as temáticas moda e deficiência (e.g., artigos sobre ergonomia do vestuário ou sobre produtos de vestuário destinados a pessoas com uma condição de saúde não necessariamente associada a uma deficiência, como doenças vasculares).
Filtros aplicados	1. Leitura de título e resumo
	2. Leitura da introdução, método e considerações finais

FONTE: As Autoras (2024)

Para a realização das buscas, foram utilizados os repositórios digitais dos principais periódicos nacionais em moda e design. Como os periódicos de design são mais numerosos do que os de moda, para eles foi adotado como filtro classificação Qualis igual ou superior a A3. No total, foram realizadas cinco buscas, em março de 2024, com diferentes *strings* - os dois primeiros mais genéricos, os dois seguintes, incluindo palavras-chave relacionadas a condições que podem caracterizar ou estar associadas a alguma deficiência, pois não necessariamente as publicações utilizam o termo “deficiência”, podendo empregar apenas palavras-chave relacionadas a condições específicas ou doenças que tenham a deficiência como consequência.

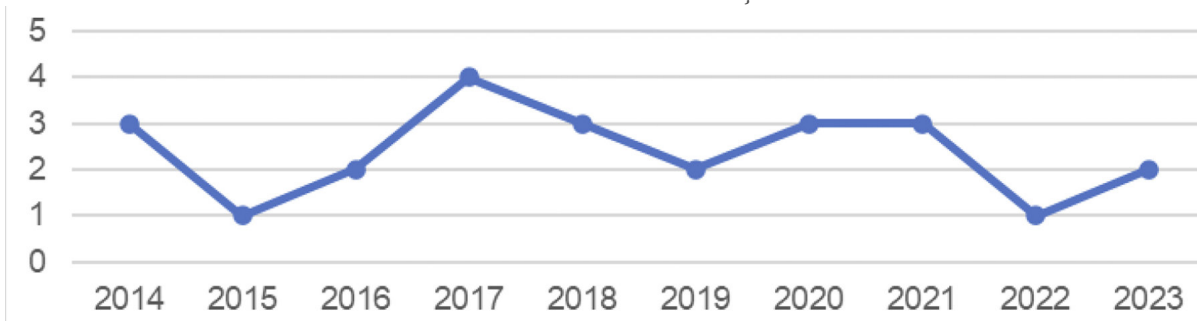
Na revisão integrativa, a discussão consiste na interpretação dos resultados de modo a evidenciar ênfases e lacunas teóricas ou práticas na pesquisa científica sobre um determinado tema, o que permite sugerir pautas e caminhos para o avanço da área (Grupo Ânima Educação, 2014). Para tal, os artigos selecionados foram fichados utilizando tabelas comparativas para organizar seus dados (Gibbs, 2009) e analisá-los por meio de codificação categórica, quando as categorias são definidas *a priori* (Dresch; Lacerda; Antunes Junior, 2015), sendo elas: autores; ano de publicação, instituição de ensino, periódico; tema; objetivo da pesquisa; tipo de deficiência; público; método; participação de pessoas com deficiência; termos sobre deficiência utilizados; abordagem da deficiência; abordagem de moda e design; resultados; dimensões da acessibilidade.

Resultados da revisão integrativa

Após a realização das buscas, foram selecionados 25 artigos em 10 dos 14 periódicos consultados. Destacaram-se as revistas científicas ModaPalavra, com nove artigos (36%), e Revista de Ensino em Artes, Moda e Design, com cinco publicações (20%), seguidas por *Projética*, *DAPesquisa* e *DATJournal*, com dois artigos cada (8%). Foram identificadas 19 instituições de ensino superior associadas às pesquisas relatadas nos artigos, representando 11 estados brasileiros, dos quais sobressaem-se Santa Catarina (48%) e São Paulo (40%). Dentre as instituições, destacam-se a Universidade do Estado de Santa Catarina, com oito artigos (32%), a Universidade Estadual Paulista e a Universidade Anhembi-Morumbi, com três publicações cada (12%), a Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade Federal do Paraná, com duas cada (8%).

Quanto à autoria dos artigos, destacam-se três pesquisadores: 1) Icléia Silveira, da Universidade do Estado de Santa Catarina, com quatro publicações (Turcatto; Silveira; Rech, 2020; Turcatto; Silveira, 2021; Brilhante *et al.*, 2021; Sousa; Maciel; Silveira, 2023); da Universidade Federal de Santa Catarina, com três artigos cada, tem-se 2) Giselle Merino (Gruber; Merino; Merino, 2017; Cunha *et al.*, 2019; Wick *et al.*, 2020) e 3) Eugenio Merino (Brogin; Merino; Batista, 2014a; 2014b; Gruber; Merino; Merino, 2017). Em termos de pioneirismo, sobressai-se Bruna Brogin, com duas publicações em 2014 (Brogin; Merino; Batista, 2014a; 2014b). Como ilustra a Figura 2, desde 2014 existe relativa constância na publicação de artigos que relacionam moda, design e deficiência, com pequenas variações que vão de uma a quatro publicações por ano entre 2014 e 2023, com pico em 2017 e menor número em 2015 e 2022.

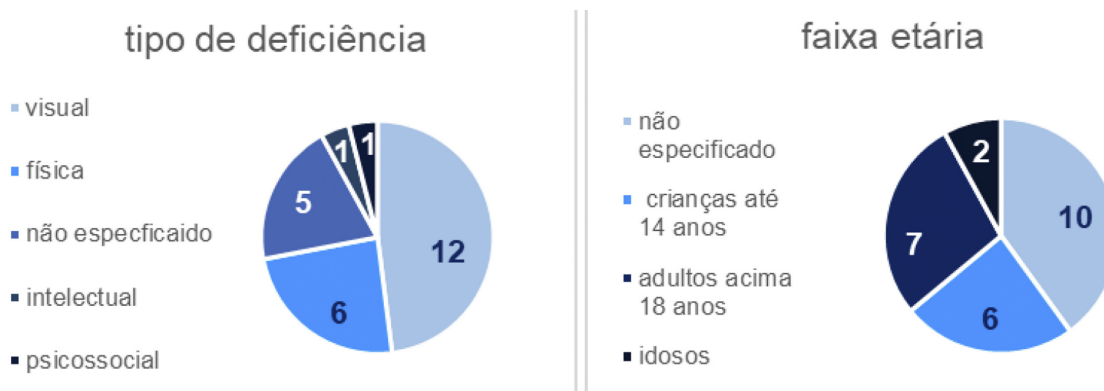
FIGURA 2 - LINHA DO TEMPO DAS PUBLICAÇÕES IDENTIFICADAS



FONTE: As Autoras (2024)

A maioria dos artigos foca na deficiência visual (48%), em especial a cegueira, e na deficiência física (24%), envolvendo uso de cadeira de rodas, ostomia, diferença entre membros inferiores e alterações nos pés. Também há artigos com foco em autismo e Síndrome de Down. Parte das publicações (20%), sobretudo as de revisão bibliográfica, não aborda um tipo específico de deficiência, e mesmo os que enfocam deficiência física ou visual não necessariamente fazem um recorte preciso dessas deficiências. Quanto ao perfil de público (Figura 3), grande parte das publicações (40%) não especifica marcadores sociais. As especificações existentes são, em geral, por fase da vida: crianças de até 14 anos (24%), adultos acima dos 18 anos (28%) e idosos (10%). Parte dessas especificações não é precisa em relação a faixa etária considerada, mesmo quando se trata de crianças: dois trabalhos não indicam a idade das crianças, enquanto outros abordam faixas etárias amplas para essa fase, como um a 10 anos, três a 12 anos ou seis a 14 anos. Poucas publicações (16%) especificam o gênero das pessoas com deficiência: três enfocam mulheres adultas ou idosas e uma, homens adultos. A revisão sistemática conduzida por Oliveira e Okimoto (2022), sobre tecnologias assistivas para a deficiência visual na área de moda, também apontou a tendência de pesquisas em design não fazerem distinção entre faixa etária e gênero de pessoas com deficiência.

FIGURA 3 - PERFIL DO PÚBLICO POR TIPO DE DEFICIÊNCIA E FAIXA ETÁRIA



FONTE: As Autoras (2024)

Sete artigos (28%) adotaram como método exclusivamente a pesquisa bibliográfica e/ou documental, sendo que apenas um conduziu revisão sistemática da literatura (Oliveira; Okimoto, 2022). A maioria dos estudos envolveu pesquisa de campo (72%), seja para 1) o desenvolvimento de produtos, métodos ou soluções prescritivas (36%), 2) a coleta de dados sobre a relação de pessoas com deficiência com produtos de moda e vestuário (28%) ou 3) teste de soluções já existentes no mercado (8%), como etiquetas têxteis em Braille e tecnologias assistivas para calçar meias. Das 18 pesquisas de campo, 14 (56% do total de artigos) envolveram participação direta de pessoas com deficiência, duas tiveram participação apenas de profissionais de saúde e responsáveis de crianças com deficiência, e uma fez a pesquisa com empresas que fabricam etiquetas têxteis para pessoas com deficiência visual. A participação de pessoas com deficiência se deu, de maneira geral, por meio de entrevistas ou questionários com amostras de cinco a 30 indivíduos. Apenas um artigo envolveu amostra maior, com 135 pessoas, e quatro não especificaram o número de participantes da pesquisa. Das nove pesquisas com foco em desenvolvimento de soluções, apenas três realizaram testes desses resultados com o público, e uma não forneceu dados suficientes para discernir se houve ou não participação de pessoas com deficiência em alguma etapa. Parte das soluções de produto apresentadas nos artigos sequer chegou a ser fabricada. Esses dados corroboram os resultados da revisão sistemática de Oliveira e Okimoto (2022), que indicam haver distanciamento entre profissionais que desenvolvem soluções de acessibilidade e pessoas com deficiência.

Quanto à forma de se referir às pessoas com deficiência, 14 artigos (56%) utilizam termos como “deficiente” (56%), “portador de deficiência” (12%) e “pessoa com necessidades especiais” (4%). Tais termos foram empregados tanto em publicações antigas, de 2014, quanto em recentes, de 2023. Dentre todas as publicações, cinco (20%) utilizam a sigla PcD com recorrência. Quatro artigos não relacionam diretamente a condição do público focado com deficiência, como é o caso das publicações sobre 1) pessoas ostomizadas, 2) mulheres idosas com alterações nos pés, 3) mulheres com diferença entre membros inferiores e 4) idosos em geral, artigo este que utiliza termos como “incapacidade” e “limitações funcionais”.

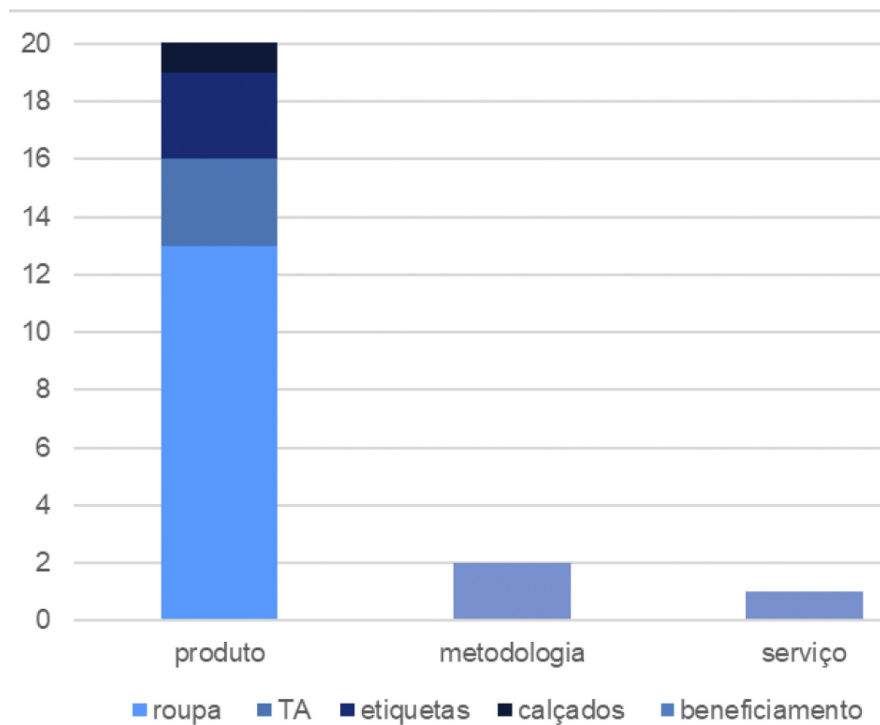
Na maioria dos artigos, é difícil distinguir qual seria o modelo de deficiência focado, se médico, social ou biopsicossocial. Afinal, apenas um artigo cita diretamente estudos sobre deficiência e apresenta críticas ao modelo médico (Godinho, 2017). A maioria dos artigos (68%) se aproxima do modelo biopsicossocial, por ressaltar a importância da inclusão social, da autonomia e da autoestima de pessoas com deficiência, mas alguns (32%) enfocam aspectos como conforto, funcionalidade e tecnologias assistivas. Ademais, muitos não citam referências sobre deficiência (24%) ou apresentam apenas dados populacionais ou estudos sobre uma deficiência específica (52%), em geral de maneira superficial e às vezes com inconsistências ou dados desatualizados em relação ao ano de publicação. Três artigos (12%) podem ser associados ao modelo médico, pois enfocam a funcionalidade do produto e seu uso no tratamento ou reabilitação, sendo que um desses aponta o corpo com deficiência como o oposto do “corpo eficiente”. Outras quatro publicações (16%) não abordam diretamente a deficiência, não relacionando-a às condições físicas do público focado, como mencionado anteriormente.

A abordagem de design mais citada nos artigos é a do design inclusivo (72%), às vezes indicada como moda inclusiva. Alguns trabalhos também mencionam ou adotam a perspectiva do design universal (32%). Dois artigos (8%) apontam ambos como sinônimos, enquanto um destaca ser o design universal para todos e o design inclusivo, projetado para grupos específicos (Sousa, Maciel; Silveira, 2023). Quatro publicações (16%) ressaltam que o design universal ou inclusivo não deveria envolver soluções personalizadas, projetadas especificamente para pessoas com deficiência, o que promoveria a exclusão de pessoas sem deficiência (*e.g.*, Oliveira *et al.*, 2015; Oliveira; Okimoto, 2022). Por outro lado, alguns artigos (16%) apresentam soluções individualizadas para pessoas com deficiência ou adaptações de produtos.

Parte considerável dos artigos (44%) enfoca tecnologias assistivas. Sousa, Maciel e Silveira (2023), destacam que o design inclusivo aborda, dentre outros aspectos, a tecnologia assistiva - TA. Contudo, parte dos estudos aponta restrições relacionadas às TAs, como dificuldade de acesso ou ineficiência, sobretudo em reação às TAs para deficiência visual. Por exemplo, a revisão sistemática conduzida por Oliveira e Okimoto (2022) para identificar TAs com foco em vestuário e deficiência visual aponta que as soluções analógicas apresentam resultados insatisfatórios quando testadas, enquanto as digitais necessitam de aprimoramento e regulamentação. Já Cunha *et al.* (2019) criticam o fato de tecnologias assistivas serem geralmente desenvolvidas com foco na funcionalidade, sem considerar aspectos estético-simbólicos, apontando que sua aproximação do campo da moda poderia tornar tais tecnologias importantes elementos de inclusão social e fortalecimento da autoimagem de pessoas com deficiência.

Como pode ser visualizado na Figura 4, a maioria dos artigos (88%) se propunha a desenvolver, testar ou discutir soluções baseadas no design de produto, com destaque para roupas, incluindo uniformes escolares e lingerie (52%), etiquetas têxteis para pessoas com deficiência visual (12%), calçados (8%) e beneficiamento têxtil hidratante para usuários de cadeira de rodas (4%). Embora muitos desses produtos sejam considerados, nos artigos, como tecnologias assistivas - TA, três (12%) artigos abordam TAs diversas, não associadas a um dos produtos mencionados anteriormente: teste de TA para calçar meias, pesquisa sobre TAs para pessoas com deficiência visual (Oliveira; Okimoto, 2022) e discussão sobre a necessidade de as TAs apresentarem elementos de moda (Cunha *et al.*; 2019). Na abordagem de produtos, alguns trabalhos (32%) enfocam a importância da ergonomia, enquanto outros (16%), o design de superfícies, em geral para explorar o tato de pessoas com deficiência visual (*e.g.*, Oliveira *et al.*, 2015; Turcatto; Silveira, 2021). Apenas um trabalho (Brogin; Merino; Batista, 2014b) aborda o design de serviços, sob a ótica da gestão do design, propondo a Consultoria de Moda Assistiva como serviço pós-venda, tendo como foco a adaptação de roupas para clientes com deficiência.

FIGURA 4 – SOLUÇÕES PROPOSTAS OU DISCUTIDAS



FONTE: As Autoras (2024)

Os trabalhos que abordam produtos e serviços (92%), de maneira geral, enfocam a acessibilidade instrumental. Alguns abordam a acessibilidade comunicacional, apontando a necessidade de tecnologias assistivas terem manuais de instrução mais acessíveis (4%) ou ressaltando a importância de etiquetas têxteis inclusivas (16%) e da inclusão de elementos táteis (28%) para que pessoas com deficiência visual possam ter mais autonomia no processo de comunicação de moda. Um artigo que trata de acessibilidade instrumental e comunicacional aborda, também, a acessibilidade digital ao discutir as tecnologias assistivas digitais destinadas a pessoas com deficiência visual (Oliveira; Okimoto, 2022). Dois artigos apresentam potencial para promover acessibilidade atitudinal no meio acadêmico, pois apresentam interação de estudantes de design de moda e pessoas com deficiência, seja por meio de projeto de extensão (Mello, 2023) ou de evento acadêmico. No entanto, Mello (2023) aponta dificuldades enfrentadas na academia para desenvolver projetos relacionados à deficiência, como a resistência de docentes em participar de projeto de extensão para jovens com Síndrome de Down justamente devido ao tema.

Dois trabalhos se destacam por focar a acessibilidade metodológica no ambiente acadêmico. Lima Júnior e Zuanon (2018) e Lima Júnior (2018) apresentam a experiência de desenvolvimento e teste de um método de design de moda que explora diferentes estímulos sensoriais e apresenta material didático-pedagógico acessível, sendo mais inclusivo para estudantes com deficiência visual além de apresentar resultados positivos com os demais estudantes que participaram dos testes.

Alguns artigos destacam as possíveis relações entre moda e a vivência de pessoas com deficiência. Dois trabalhos (Brogin; Merino; Batista, 2014b; Oliveira; Okimoto, 2022) ressaltam a importância de as empresas de moda considerarem as pessoas com deficiência como possíveis clientes, apontando a moda inclusiva como oportunidade de mercado. Outros artigos evidenciam o papel da moda na criação e reforço de padrões de beleza excludentes, pois apresenta pouca diversidade e representatividade de corpos (*e.g.*, Brilhante *et al.*, (2021; Mello, 2023). Contudo, a moda também é apontada, em algumas publicações (20%), como ferramenta de inclusão social, pois explorá-la pode contribuir no fortalecimento da autoestima, expressão individual e socialização de pessoas com deficiência (*e.g.*, Godinho, 2017; Cunha *et al.*, 2019; Oliveira; Okimoto, 2022; Mello, 2023). Para explorar esse potencial uso da moda, os artigos indicam ser importante que designers e pesquisadores não apenas considerem as pessoas com deficiência como público, mas reconheçam que suas necessidades não se restringem à funcionalidade das roupas e das tecnologias assistivas. Afinal, as funções estético-simbólicas são igualmente relevantes para a inclusão social (Godinho, 2017; Cunha *et al.*, 2019).

Discussão dos resultados à luz dos estudos sobre deficiência

A revisão integrativa conduzida permite identificar algumas ênfases de pesquisa relacionadas à deficiência na área de design de moda. As deficiências mais consideradas são, respectivamente, a visual e a física, o que condiz com a prevalência de ambas na população brasileira, segundo dados do IBGE (2023). Ademais, essas são deficiências com maior potencial de impactar a relação das pessoas com o vestuário. Mas deficiências intelectuais e psicossociais, em alguns casos, também podem afetar essa relação, necessitando de mais estudos. Também é necessário que os recortes sejam mais precisos em relação às deficiências, uma vez que existem diferenças inclusive entre as deficiências de um mesmo tipo.

Quanto ao público percebe-se tendência de a definição ser feita considerando-se, principalmente, a existência da deficiência, sem considerar outros marcadores sociais e características pessoais relacionadas a gostos, interesse, modo de vida, dentre outros. Como alertam Ignarra e Saga (2022) e Lorand e Gesser (2023), a tendência de hipervalorizar a deficiência em detrimento de outras características pessoais é reflexo de uma estrutura social capacitista. A deficiência, contudo, é marcada pela interseccionalidade, sendo mais preponderante entre mulheres e pessoas negras, em geral de baixa escolaridade e remuneração (IBGE, 2023), fatores que precisam ser considerados. Quando existe alguma definição mais fechada de público, privilegia-se a faixa etária, sendo os públicos mais considerados são adultos acima de 18 anos e crianças. No entanto, segundo o IBGE (2023), idosos representam 81,5% das pessoas com deficiência no Brasil.

A abordagem da deficiência, na maioria dos artigos, requer especial atenção. Apenas um trabalho se atém aos estudos sobre deficiência, enquanto os demais ou não apresentam revisão sobre o tema, ou se dedicam a dados demográficos e médicos, muitos deles errôneos ou desatualizados. Algumas das inconsistências identificadas nos artigos podem ser justificadas pela existência de entendimentos divergentes sobre deficiência, não havendo padronização de conceitos e definições (Bampi; Guilhem; Alves, 2010; Mota; Bousquat, 2021). Mas cabe lembrar que as estimativas nacionais referentes a pessoas com deficiência não são confiáveis (Mota; Bousquat, 2021; Ignarra; Saga, 2022) e que o modelo médico, marcado

por capacitismo, ainda é hegemônico na área de medicina e na pesquisa científica (Bampi; Guilhem; Alves, 2010; Martins *et al.*, 2012; Bisol; Pegorini; Valentini, 2017). O uso recorrente de termos como “deficiente” sugere a necessidade de letramento anticapacitista por parte dos pesquisadores em design de moda. Afinal, o capacitismo linguístico é reflexo de uma estrutura social marcada por preconceito e discriminação (Sasaki, 2011; Mota; Bousquat, 2021; Ignarra. Saga, 2022).

Por haver distanciamento entre a pesquisa em design de moda e os estudos sobre deficiência, é difícil afirmar, categoricamente, quais modelos da deficiência são adotados nos artigos analisados. Poucos trabalhos se aproximam totalmente dos modelos social ou biopsicossocial, enquanto a maioria adota preceitos por vezes contraditórios, na intersecção entre os modelos médico e biopsicossocial. Por exemplo, a ênfase nas tecnologias assistivas e na funcionalidade, que podem ser associadas ao modelo médico (Sierra; Okimoto; Beccari, 2019), é acompanhada pelo discurso da inclusão social. Esse discurso, no entanto, é marcado por inconsistências. Alguns artigos consideram inclusivo desenvolver produtos exclusivos para pessoas com deficiência, o que os aproxima do modelo médico (Ibidem), enquanto outros defendem a universalidade da oferta, sem necessariamente considerar a necessidade de atender demandas específicas que representam a diversidade humana, abordagem que caracteriza o design inclusivo (Guimarães; Moura; Domiciano, 2022) e o modelo biopsicossocial.

Alguns artigos apontaram a moda como ferramenta de inclusão social. Para explorá-la, contudo, é necessário considerar seus aspectos estético-simbólicos e ir além do foco em produtos e acessibilidade instrumental. O mais importante, contudo, é projetar com as pessoas com deficiência, envolvendo-as em todo o processo (Ignarra; Saga, 2022). Os artigos analisados, de maneira geral, ou não envolveram pessoas com deficiência ou o fizeram em pequena escala e de maneira consultiva nas fases iniciais de projeto. Isso não é suficiente para desenvolver projetos realmente inclusivos e que garantam acessibilidade total. Deve-se lembrar, sobretudo, da importância da acessibilidade atitudinal (Ibidem) e da necessidade de romper as barreiras atitudinais existentes no meio acadêmico e no âmbito da moda.

Considerações finais

Por meio de revisão assistemática de estudos sobre deficiência e de revisão integrativa de publicações brasileiras que relacionam design de moda e deficiência, foi possível traçar um panorama da produção científica brasileira quanto à abordagem da deficiência. Os 25 artigos analisados enfocam, em sua maioria, as deficiências visual e física, sem necessariamente delimitar melhor seu público. As faixas etárias mais consideradas, quando há recorte desse tipo, são da infância ou da fase adulta. A maioria das publicações utiliza a abordagem do design inclusivo e das tecnologias assistivas para desenvolver, testar ou discutir soluções de acessibilidade instrumental ou comunicacional, com foco na funcionalidade. Percebe-se, contudo, haver divergências em relação às definições de design inclusivo e de design universal, assim como os estudos sobre deficiência, em geral, não são discutidos. A maioria dos artigos utiliza termos capacitistas e não aborda seu público para além da deficiência, transitando de maneira contraditória entre os modelos médico e biopsicossocial da deficiência. Todos os artigos destacam a importância da inclusão social, mas a maioria não contou com a participação ativa de pessoas com deficiência._

Por outro lado, a revisão evidenciou a possibilidade de uso da moda como ferramenta de inclusão social, com potencial de fortalecer autoestima, ressignificar identidade e promover integração social. Para isso, contudo, é necessário que o foco não esteja apenas na funcionalidade prática do vestuário. As funções estético-simbólicas precisam ser consideradas, assim como outras possibilidades de solução para além dos produtos, como erviços e métodos. Igualmente importante é considerar todas as dimensões da acessibilidade, sobretudo a atitudinal. É preciso que a área de pesquisa e atuação em design de moda rompa as barreiras atitudinais ainda existentes. Isso exige letramento anticapacista, colaboração com pessoas com deficiência e aproximação dos estudos sobre deficiência.

Este artigo apresenta limitações derivadas de seu escopo e método de pesquisa. Para superá-los, sugere-se a realização de revisões similares de teses e dissertações brasileiras ou de publicações com foco em uma deficiência específica, podendo-se estender a pesquisa para o âmbito internacional. Este artigo não objetiva esgotar o tema pesquisado, mas instigar pesquisadores e designers de moda a darem atenção para a forma como a deficiência é abordada. Assim, novas pesquisas são necessárias, seja para aprofundar a análise, seja para aplicar as sugestões aqui apresentadas.

Referências

Bampi, L. N. S.; Guilhem, D.; Alves, E. D. Social Model: a New Approach of the Disability Theme. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 18, n. 4, 2010. p. 816–823

Bisol, C. A.; Pegorini, N. N.; Valentini, C. B. Pensar a deficiência a partir dos modelos médico, social e pós-social. **Cadernos de Pesquisa**, v. 24, n. 1, 2017. 87–100.

Brasil. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Brasília: Casa Civil, 2009.

Brasil. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Brasília: Secretaria Geral, 2015.

Brasil. **Caracterização das deficiências**: orientações para fins de cumprimento do art. 93 da Lei nº 8.213/91. Brasília: Ministério do Trabalho, 2018.

Brasil. **Censo Demográfico de 2020 e o mapeamento das pessoas com deficiência no Brasil** – relatório técnico e/ou científico. Brasília: Ministérios da Saúde, 2019.

Brasil. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)**. Brasília: Ministérios da Saúde, 2019.

Brasil. **Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023**. Brasília: Diário Oficial da União, edição 196, seção 1, 2023, p. 99.

Brilhante, M. L. S. et al. Ostomia e vestuário: cartilha de desenvolvimento de vestuário para pessoas ostomizadas. **ModaPalavra**, v. 14, n. 33, p. 155–179, 2021.

Brogin, B.; Merino, E. A. D.; Batista, V. J. Contribuição da Ergonomia e Antropometria no Design do Vestuário para Crianças com Deficiência Física **Design & Tecnologia**, v. 08, p. 1-10, 2014.

_____. Agregando serviço e produzindo vestuário para Pessoas com Deficiência: estratégia de diferenciação para confecções brasileiras. **ModaPalavra**, v. 7, n.13, p. 124-149, 2014

Carniel, F.; Dias, A. A. M.; Lacruz, A. J. Estudos da deficiência na produção acadêmica: uma cartografia nas arenas do Norte-global. **Sociologias**, v. 25, 2023, p. 1-28.

Conforto, E. C.; Amaral, D. C.; Silva, S. L. **Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO, 8., Porto Alegre, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2205710/mod_resource/content/1/Roteiro%20para%20revis%C3%A3o%20bibliogr%C3%A1fica%20sistem%C3%A1tica.pdf. Acesso em: 02 nov. 2021.

Conte, A. F.; De Carli, A. M. S. Inclusão: uma faceta da fraternidade. In: De Carli, A. M. S.; Martins, S. B. **Para Todos**. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2018.

Cunha, J. M. *et al.* Diretrizes para projetos de tecnologia assistiva com valores da moda: abordagem Behaviorista contra o estigma social. **DAPesquisa**, v. 14, n. 23, p. 88-105, 2019.

Dresch, A.; Lacerda, D. P.; Antunes Junior, J. A. V. **Design Science Research: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Gibbs, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Godinho, S. S. Além das aparências. **ModaPalavra**, v. 10, n.19, p. 82-97, 2017.

Gruber, C.; Merino, E. A. D.; Merino, G. S. A. D. O vestir na vida dos idosos: contribuições da ergonomia e das tecnologias assistivas. **ModaPalavra**, v. 9, n.19, p. 149-178, 2017.

Grupo Anima Educação. **Manual Revisão Bibliográfica Sistemática Integrativa: a pesquisa baseada em evidências**. Grupo Anima Educação: Belo Horizonte, 2014.

Guimarães, M. J. S.; Moura, M.; Domiciano, C. L. C. **Design gráfico inclusivo na contemporaneidade: materiais para a educação de crianças com deficiência visual**. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2021.

Ignarra, C.; Saga, B. **Manual anticapacitista: o que você precisa saber para se tornar uma pessoa aliada contra o capacitismo**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. **Pessoa com deficiência 2022: PNAD contínua o – relatório técnico e/ou científico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023

Lima Júnior, G. C.; Zuanon, R. See Beyond: contribuições à prática projetual de estudantes videntes e com deficiência visual no contexto de formação superior em Design. **DATJournal**, v.3, n.2, p. 203-231. 2018.

Lima Júnior, G. C. Inclusão da pessoa com deficiência visual no ensino superior: design de moda e o Método *See Beyond*. **Revista de Ensino em Artes, Moda e Design**, vol. 2, n. 1, p. 29-56, 2018.

Lorandi, J. M.; Gesser, M. A produção científica sobre o capacitismo no ensino superior: uma revisão integrativa de literatura. **Revista Educação Especial**, v. 36, 2023. p. 1-23

Marchesan, A.; Carpenedo, R. F. Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. **Revista Trama**, v. 17, n. 40, 2021, p. 45-55

Martins, L.B; Martins, S.B. Design universal, moda e pessoa com deficiência : uma reflexão sobre vestibilidade, conforto e segurança. In: De Carli, A. M. S; Martins, S. B. **Para Todos**. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2018.

Martins, B. S. *et al.* A emancipação dos estudos da deficiência. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 98, p. 45-64, 2012.

Mello, J. A. Moda múltipla: experiências inclusivas no contexto da Síndrome de Down. **Revista de Ensino em Artes, Moda e Design**, v. 7, n. 3, p. 01-16, out. 2023.

Moragas, V.J. Como se referir a pessoas que possuem deficiência? In: **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sembrantes-da-inclusao/como-se-referir-a-pessoas-que-possuem-deficiencia>. Acesso em: 28 mar. 2024.

Mota, P. H. S.; Bousquat, A. Deficiência: palavras, modelos e exclusão. **Saúde Debate**, v. 45, n. 130, p. 847-860, 2021.

Oliveira, R. D.; Okimoto, M. L. L. R. Tecnologias assistivas relacionadas à moda para pessoas com deficiência visual: uma revisão sistemática. **dObras**, n. 35, p. 183-205, 2022.

Oliveira, D. V. *et al.* Aspectos Inclusivos da Moda com Foco nas Pessoas com Deficiência Visual. **ModaPalavra**, ano 9, p. 115-139, 2015.

Sasaki, R. K. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. In: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/terminologia-sobre-deficiencia-na-era-da-inclusao>. Acesso em: 28 mar. 2024.

Sierra, I. S.; Okimoto, M. L. L. R.; Beccari, M. N. *Disability studies e design: a dialética dos modelos de deficiência e de design*. **Estudos em Design**, v. 27 | n. 1, 2019. p. 134 – 148.

Sousa, J. O.; Maciel, D. M. H.; Silveira, I. Design inclusivo: recursos assistivos para um modelo de camisa social para pessoa com deficiência visual. **Revista de Ensino em Artes, Moda e Design**, v. 7, n. 3, p. 01-24, 2023.

Tranfield, D.; Denyer, D.; Smart, P. Towards a Methodology for Developing Evidence-Informed Management Knowledge by Means of Systematic Review. **British Journal of Management**, v. 14, p. 207-222, 2003.

Turcatto, A. S.; Silveira, I. Estampa tátil: etiquetas de identificação das estampas e cores de peças de vestuário para deficientes visuais. **ModaPalavra**, v. 14, n. 32, p. 179–203, 2021.

Turcatto, A. S.; Silveira, I.; Rech, S. R. A acessibilidade dos deficientes visuais com o vestuário por meio das etiquetas têxteis. **Projética**, v. 11, n. 1, p. 195-218, 2020.

Venturra, L. A. S. Abominável PCD. **Estadão**, 202. Vencer Limites. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/vencer-limites/abominavel-pcd/>. Acesso em 28 abr. 2024.

_____. “PCD” é a certeza absoluta de que jamais seremos pessoas. **Estadão**, 2023. Vencer Limites. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/vencer-limites/pcd-e-a-certeza-absoluta-de-que-jamais-seremos-pessoas/>. Acesso em 28 abr. 2024.

Wick, C. F. *et al.* Requisitos para projetos de computação vestível para crianças autistas com base no Design Centrado no Humano. **Human Factors Design**, v.9, n. 17, p. 122-136, 2020